

# Relatório de Reunião

---

Prestação de informações sobre a gestão das Secretarias de Estado de Governo, de Casa Civil e de Comunicação Social e da Empresa Mineira de Comunicação

Prestação de contas do governo ano 2024 – 1º ciclo

— 24/6/2024 — 14 horas



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS

# Relatório de Reunião

---

Prestação de informações sobre a gestão das Secretarias de Estado de Governo – Segov –, de Casa Civil – SCC – e de Comunicação Social – Secom – e da Empresa Mineira de Comunicação – EMC –, entre 1º de junho de 2023 e 31 de maio de 2024, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do governo de 2024 .

Reunião da Comissão de Administração Pública

Comissões convidadas:

- Comissão de Participação Popular
- Comissão de Cultura

Presidente da reunião: Deputado Leonídio Bouças

Data: 24/6/2024

Horário: 9 horas

Local: Plenarinho IV

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

## I – Apresentação

A Comissão de Administração Pública, tendo como convidadas as Comissões de Participação Popular e de Cultura, receberam, em 24/6/2024, Gustavo da Cunha Pereira Valadares, secretário de Estado de Governo; Marcelo Guilherme de Aro Ferreira, secretário de Estado da Casa Civil; Bernardo Assis Fonseca Santos, secretário de Estado de Comunicação Social, e Gustavo Mendicino de Oliveira, presidente da Empresa Mineira de Comunicação, que prestaram informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º/6/2023 a 31/5/2024, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, que dispõe que os secretários de Estado, os dirigentes das entidades da administração indireta e os titulares dos órgãos diretamente subordinados ao governador comparecerão, semestralmente, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada, às comissões permanentes da Assembleia Legislativa, para prestar, pessoalmente, informações sobre a gestão das respectivas secretarias, entidades e órgãos no semestre anterior, nos termos de regulamento da Assembleia Legislativa.

Para assistir ao vídeo da reunião, [clique aqui](#) ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza, no endereço: [almg.gov.br/fiscaliza](http://almg.gov.br/fiscaliza).

## II – Presenças

**Comissão de Administração Pública:** Deputado Leonídio Bouças (presidente), deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha, deputados Sargento Rodrigues, Carlos Henrique (substituindo o deputado Roberto Andrade) e Enes Cândido (substituindo o deputado Rodrigo Lopes)

**Poder Executivo:** Gustavo da Cunha Pereira Valadares, secretário de Estado de Governo, Marcelo Guilherme de Aro Ferreira, secretário de Estado da Casa Civil, Bernardo Assis Fonseca Santos, secretário de Estado de Comunicação Social, Gustavo Mendicino de Oliveira, presidente da Empresa Mineira de Comunicação, e Mila Batista Leite Corrêa da Costa, secretária-adjunta de Governo

**Demais presenças:** Deputados Adriano Alvarenga, Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Cassio Soares, Coronel Henrique, Dr. Jorge Ali, Dr. Maurício, João Júnior, João Magalhães, Tito Torres, Vítório Júnior, Zé Guilherme e Zé Laviola

### III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os representantes da Segov, da SCC, da Secom e da EMC apresentaram algumas realizações das respectivas secretarias. Em seguida, ocorreu o debate com os parlamentares.

#### Secretaria de Estado de Governo – Segov

Inicialmente, o secretário de Estado de Governo apresentou o seguinte panorama sobre o monitoramento do processo legislativo referente ao período de junho de 2023 a maio de 2024:

- participação do governo em 95% das audiências públicas;
- 1.999 requerimentos respondidos;
- protocolização de 45 proposições legislativas de iniciativa do governador; e
- 274 diligências respondidas.

Quanto às transferências estaduais, Gustavo Valadares reportou o pagamento de 100% das emendas impositivas em 2023 e de 95% de janeiro até a presente data. Ressaltou que o número de indicações de emendas parlamentares aumentou e alertou que a defasagem de servidores do Executivo aptos a avaliarem esses pedidos pode prejudicar a celeridade no repasse.

A respeito do relacionamento institucional, destacou a elaboração de portaria conjunta do Estado e da Assembleia para informatizar o envio de mensagens direcionadas aos dois Poderes, agilizando a comunicação entre eles. Enfatizou, ainda, a criação do novo portal de emendas parlamentares estaduais, que, inclusive, recebeu menção honrosa na premiação Destaques do Controle, e a ampliação do acesso ao acervo do *Diário Oficial de Minas Gerais*, com a meta de tornar todo o acervo disponível até 2026.

Os deputados questionaram o secretário sobre o não reconhecimento, pelo Estado, das perdas inflacionárias dos servidores da segurança pública, que já chegam a 37%; a falta de regulamentação do adicional de desempenho – ADE; a demora na sanção do Projeto de Lei nº 2.309/2024, o qual se converteu na Lei nº 24.838, que determina a recomposição da perda inflacionária de 4,62% dos servidores do Poder Executivo. Abordaram também a greve da Uemg e perguntaram sobre a possibilidade de mediação para a resolução dos pontos levantados pelos professores; o reajuste de 300% para a remuneração do governador e seus secretários; o fato de a revisão proposta pelo governo no Projeto de Lei nº 2.309/2024 ter sido inferior ao valor da inflação do período anterior. Indagaram, ainda, sobre a tramitação do projeto do Instituto de Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM; a alta demanda no Ipsemg bem como a previsão para preenchimento dos 2.707 cargos nessa instituição; as irregularidades no

Projeto de Lei nº 2.238/2024, uma vez que não houve disponibilização, a todos os parlamentares, das avaliações imobiliárias dos bens cuja alienação se pretende autorizar; e a respeito da judicialização do piso da educação.

Em resposta, Gustavo Valadares justificou a situação fiscal delicada com o alto valor da dívida estadual e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – relativamente aos gastos com pessoal, explicando que o índice da recomposição se aplica a todos os servidores do Estado, incluindo os da segurança pública (com exceção dos servidores da educação, para os quais se aplica o piso nacional do magistério). Argumentou que o problema está no fluxo de caixa do Executivo e que a remuneração é a possível para o momento, considerando as demais obrigações a serem cumpridas.

Em relação ao ADE, solicitou que essa questão fosse verificada com a secretária de Planejamento e Gestão e com o secretário de Fazenda nas reuniões que posteriores do Assembleia Fiscaliza.

Quanto à judicialização do piso da educação, o secretário esclareceu que o assunto está sendo analisado pelo Poder Judiciário.

Sobre a demora para sanção da recomposição, disse que o governador estava dentro do prazo e que os servidores receberão retroativamente desde janeiro de 2024.

Relativamente aos projetos do IPSM e do Ipsemg, Gustavo Valadares falou que este último foi priorizado pelo governo, motivo pelo qual optou-se por não prosseguir, por ora, com a tramitação da proposição que versa sobre o IPSM. Em relação ao Ipsemg, comentou que o projeto tem o intuito de melhorar a prestação de serviço prestado pela autarquia.

Quanto à greve, vale destacar que, em reunião ocorrida em 1º/7/2024, na Cidade Administrativa, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ALMG, representada por sua presidente, deputada Beatriz Cerqueira, e pelo deputado Cássio Soares, mediou encontro entre membros da Uemg e da Seplag.

### **Secretaria de Estado de Casa Civil – SCC**

Marcelo Aro expôs os trabalhos realizados pela Secretaria de Estado de Casa Civil desde junho de 2023. Lembrou que a secretaria foi instituída pela Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado, e regulamentada pelo Decreto nº 48.628, de 2 de junho de 2023.

Em seguida, o secretário mencionou as ações para pessoas com deficiência e doenças raras, que estão centralizadas na SCC, pois, segundo ele, anteriormente não havia integração relativamente a esse assunto entre as pastas. Informou que instalou no interior de Minas Gerais salas multissensoriais, que auxiliam no desenvolvimento cognitivo e motor das pessoas com essas condições, e ampliou o teste do



pezinho em todo o Estado, expandindo o rastreio de doenças e proporcionando tratamento adequado às pessoas com deficiência e doenças raras.

Além disso, frisou o repasse de verbas às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – e citou o aumento de emissão de carteiras de identidade com sinalização própria para autistas.

Por fim, comunicou a realização de quatro missões internacionais, que resultaram em investimentos e geração de empregos, e a captação de recursos para Minas Gerais em diversas frentes.

Os deputados perguntaram o motivo pelo qual a pasta está responsável pelas ações para pessoas com deficiência e doenças raras, visto que, nas atribuições conferidas a ela pela referida Lei nº 24.313, de 2023, nada consta acerca dessa competência.

Marcelo Aro respondeu que a lei mencionada foi complementada pelo Decreto nº 48.628, de 2023, que permite a coordenação das demais pastas pela SCC, que assumiu a coordenação das questões afetas às pessoas com deficiência e doenças raras, envolvendo as demais secretarias e articulando medidas relacionadas a esse público.

Os parlamentares questionaram o decreto e apontaram que o documento teria exorbitado seu papel, que é o de proporcionar o fiel cumprimento da lei. Comentaram, ainda, que nada se disse sobre os mecanismos de controle e fiscalização das ações relativas à Casa Civil, tampouco foi divulgado o balanço das mesas de diálogo estabelecidas e o cumprimento das agendas institucionais. Reforçaram a insuficiência de prestação de contas relativamente às ações previstas como atribuições da Secretaria de Estado de Casa Civil, conforme dispõe a lei que estrutura a administração estadual.

### **Secretaria de Estado de Comunicação Social – Secom**

O secretário Bernardo Santos começou sua apresentação explicando que a publicidade feita pela Secom não é propaganda do governo, mas prestação de contas à população.

Expôs as campanhas realizadas no período de junho de 2023 a maio de 2024: sobre vacinação, doação de órgãos, preparação para o período chuvoso, combate a incêndios e enfrentamento à violência contra mulheres e crianças, uso do disque-denúncia, entre outras.

Destacou a campanha Turismo Cinco Estrelas, que divulgou atrações turísticas do Estado e trouxe recorde de público ao carnaval de Belo Horizonte. Esclareceu a importância dessas campanhas, uma vez que elas aumentaram a adesão da população e a conscientização a respeito dos temas.

Quanto à EMC, Bernardo Santos informou que, para assegurar que os conteúdos veiculados sejam de caráter social, cultural e educativo, estão sendo intensificadas, entre outras, as seguintes medidas:

- operacionalização da estrutura criada pela Lei nº 22.294, de 20 de setembro de 2016, e regulamentada pelo Decreto nº 47.750, de 12 de novembro de 2019;

- aprimoramento da governança corporativa e do *compliance*, com melhores ferramentas de controle e atendimento às conformidades verificadas;
- aumento de decisões colegiadas e descentralizadas, que proporcionam mais transparência e facilitam a fiscalização pela sociedade.

Os deputados questionaram a fala do secretário, alegando que ela se revestia de cunho partidário e não tinha esclarecido os pontos levantados.

### **Empresa Mineira de Comunicação – EMC**

Antes de iniciar a apresentação, o presidente da Empresa Mineira de Comunicação explicou que o jornalismo executado pela *Radio Inconfidência* é realizado por aproximadamente 90% de servidores concursados e informou que o planejamento estratégico da empresa foi elaborado em parceria com a Fundação João Pinheiro.

Gustavo Mendicino apresentou, então, as ações de fortalecimento de marca da EMC, por meio das quais a empresa apoiou, divulgou e participou como mídia oficial de eventos como o carnaval de Belo Horizonte (Carnaval Liberdade), o Festival Sarará e o lançamento do documentário de 45 anos da *Rádio Inconfidência*. Ressaltou que exibir a marca, representada pela *Rede Minas* e pela *Rádio Inconfidência*, auxilia a população a se lembrar dela, contribuindo para sua boa colocação no *ranking Top of Mind*. Sobre esse tópico, frisou os resultados positivos do *marketing* realizado em 2023, que foram superiores às metas estabelecidas no PPAG.

Salientou, ainda, que, em parceria com a Federação Mineira de Futebol, a *Rede Minas* e a *Rádio Inconfidência* transmitiram partidas de futebol para todo o Estado, tendo os jogos da segunda divisão do Campeonato Mineiro sido transmitidos pela primeira vez.

Acerca da interiorização, uma das metas da EMC, destacou a inauguração do programa +Geraes, em que são abordadas festividades e a cultura de cada região do Estado, e os projetos de outorgas para expansão dos sinais, a fim de que todos os 853 municípios mineiros recebam o sinal da *Rede Minas* (atualmente, o sinal está presente em cerca de 600 deles).

Os deputados indagaram a respeito das providências tomadas pela empresa sobre o plano de carreira da EMC, que teria sido aprovado em formato diverso do que havia sido discutido com a categoria. Perguntou-se sobre a realização de estudos para a realização de concurso público e preenchimento de vagas e sobre o critério para a nomeação de diretores sem aprovação pelo Conselho de Administração. Houve ainda denúncia de promoção partidária por meio dos canais oficiais de comunicação. Cobrou-se investigação a esse respeito.

Sobre o plano de carreiras e salário, Gustavo de Oliveira informou que o tema está sob negociação com os sindicatos com a intermediação do Poder Judiciário.

Expôs que, dos 259 funcionários, apenas 47 são de recrutamento amplo e todos os dirigentes tiveram suas indicações aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Ressaltou, por fim, que a EMC não precisa realizar novo concurso público, mas reorganizar sua estrutura. Quanto às pautas jornalísticas, reafirmou que não há interferência partidária nas escolhas editoriais.

## **IV – Compromissos**

### **Secretaria de Estado de Governo – Segov**

#### **Compromissos e posicionamentos do Executivo**

- O titular da Segov comprometeu-se a ampliar o acesso público ao acervo do *Diário Oficial de Minas Gerais* na plataforma Gestão do Diário Oficial, de modo a disponibilizar todo o acervo até 2026.

### **Secretaria de Estado de Comunicação Social – Secom**

#### **Compromissos e posicionamentos do Executivo**

- O titular da Secom comprometeu-se a aprimorar de forma contínua a governança corporativa e os instrumentos de *compliance*.

### **Empresa Mineira de Comunicação – EMC**

#### **Compromissos e posicionamentos do Executivo**

- O titular da EMC se comprometeu a expandir os sinais da Rede Minas para os 853 municípios mineiros.

Belo Horizonte, 11 de julho de 2024.

**Deputado Leonídio Bouças**

Presidente da Comissão de Administração Pública